



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
4 de dezembro
de 2020

Acompanhante é torturada por advogado em motel na cidade de Grajaú

Lorena Rodrigues

Uma acompanhante, de 27 anos, foi vítima de **tortura** dentro de um motel na cidade de Grajaú. De acordo com delegado Márcio Lelis Coutinho, a vítima teria chegado ao motel com um advogado e uma outra acompanhante. Horas após a estadia no local a vítima teria sido submetida a uma sessão de **tortura** realizada pelo advogado e a outra acompanhante que estava no quarto.

Ambos estavam alcoolizados e teriam torturado a acompanhante utilizando uma garrafa de vidro quebrada. Confira as fotos da vítima após ser socorrida:

De acordo com o delegado Márcio Coutinho, o crime foi qualificado como **tortura** porque a vítima passou por sofrimento de forma abusivo (garrafa quebrada). A vítima relatou que o advogado a segurava pelos braços enquanto a outra acompanhante realizava os ferimentos. O advogado e a acompanhante foram presos, o advogado foi encaminhado para a prisão de Pedrinhas, mas já foi liberado.

Em depoimento, a vítima relatou a **tortura**, mas a dupla que, segundo a acompanhante teria desferido os golpes, afirma que a própria vítima teria se machucado. Imagens de câmeras de segurança registraram o momento em que a vítima consegue fugir do quarto e pede ajuda a administração do motel. Após a fuga, a acompanhante foi socorrida pela SAMU e ouvida pela polícia.

Site:

<https://www.ma10.com.br/2020/12/04/acompanhante-e-torturada-por-advogado-em-motel-na-cidade-de-grajau/>

PF desarticula quadrilha acusada de praticar extorsão contra prefeito de São José de Ribamar

Uma operação da Polícia Federal desarticulou, na manhã de ontem (3), uma quadrilha que praticava extorsão ao prefeito de São José de Ribamar, Eudes Sampaio (PTB). Três pessoas foram presas e foram cumpridos seis mandados de busca e apreensão nas cidades de São Luís, São José do Ribamar, Itapecuru-Mirim e Pindaré-Mirim.

Denominada "Ágio Final", a operação teve início depois que o prefeito Eudes Sampaio denunciou à Procuradoria da República no Maranhão (PR/MA) que estava sofrendo diversas ameaças desde fevereiro de 2020.

O grupo, segundo as investigações da Polícia Federal, exigia pagamento de parte dos recursos públicos federais destinados ao município para área da saúde, alegando terem feito a intervenção e conseguido a verba que seria no valor total de R\$ 5 milhões. Eles exigiam entre 25 % a 30% desse valor, conforme informações do gestor à polícia.

"O prefeito teria que, ao destinar a verba, passar certo percentual para essa associação criminosa.

Nós não sabemos ainda, no atual estágio da investigação, se havia realmente a interferência dessa associação na destinação dessa verba para o município.

O que podemos afirmar é que houve ameaças graves", explicou Leandro Ribeiro, delegado regional de Investigação e Combate à Corrupção e ao Crime Organizado, durante entrevista coletiva à imprensa, na sede da Polícia Federal, no bairro da Cohama.

O delegado ressaltou, ainda, que as ameaças diretas e veladas partiram de membros desse grupo que já possuem históricos por crimes de agiotagem, homicídios e **tortura**, e são considerados de alta periculosidade. Visando pressionar o repasse dos valores, eles chegaram a invadir a residência do gestor e até ameaçá-lo de morte.

Durante a operação, foram apreendidos mídias, vários documentos com anotações e veículos. "Começa uma etapa diferente da investigação. Vamos coletar

documentos, fazer análise do que foi recebido, ouvir as pessoas que foram presas e, a partir disso, definir os próximos passos", frisou o procurador-chefe do MPF, José Leite, pontuando, que outras vítimas do grupo podem também procurar os órgãos para denunciá-los.

Caso sejam confirmadas as suspeitas, conforme a PF, os investigados responderão pelos crimes de extorsão qualificada (Art. 158, §1º do CP), estelionato majorado (Art. 171, §3º do CP) e associação criminosa (Art. 288 do CPB), que somadas as penas podem chegar até dezoito anos de reclusão mais multa.

Agiota e vereador presos Dois dos três presos durante a operação "Ágio Final", foram identificados como Josival Cavalcanti da Silva, conhecido como Pacovan; e o vereador da cidade de Itapecuru-Mirim, Abraão Nunes Martins Neto, de 55 anos.

Pacovan, apontado pela polícia como líder da associação criminosa, já possui várias passagens pelo sistema penitenciário do estado pelo crime de agiotagem. Em 2017, ele foi preso pela Polícia Civil após investigações sobre um esquema de lavagem de dinheiro em postos de gasolina da região metropolitana da capital com movimentação de mais de R\$ 100 milhões. O vereador, que foi eleito em 2020 pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), é ex-policia militar.

Site:

<https://impresso.jornalpequeno.com.br/pub/jornalpequeno/?numero=26953>

Ministério Público acerta em cheio ao cobrar transição transparente em municípios que mudarão prefeito

Ribamar Correa

Os prefeitos em fim de mandato têm de garantir aos seus sucessores acesso prévio à situação administrativa e financeira dos seus municípios por meio de processo de transição. Antes visto quase como uma abstração, principalmente em municípios marcados por disputas políticas e eleitorais renhidas e tensas, o processo de transição ganha agora força de regra no Maranhão. Trata-se de procedimento saudável e republicano, que assegura ao governante que chega a oportunidade de se preparar para assumir o cargo com maior segurança, independentemente da situação em que se encontrar a máquina que vai administrar. Por iniciativa do **Ministério Público** estadual, a partir da orientação dada pelo procurador geral de Justiça, Eduardo Nicolau, no início de Novembro, às Promotorias maranhenses, no sentido de que assegurassem transição efetiva e transparente nos municípios onde as urnas decidiram por troca de comando em Janeiro.

Esse processo se dará em dezenas de municípios, a começar por São Luís, onde o prefeito Edivaldo Holanda Jr. (PDT) terá de municiar o prefeito eleito Eduardo Braide (Podemos) com as informações sobre a administração, programas em andamento, situação fiscal - receita e despesa - e as do caixa municipal, para que ele não assuma no escuro e possa definir o seu plano de ação, incluindo aí o pacote de medidas para os primeiros 100 dias de gestão.

A recomendação do procurador geral de Justiça às Promotorias estabeleceu prazo de cinco dias para que prefeitos e sucessores definam comissões, e de 10 dias para que os representantes do prefeito forneçam todas as informações que forem solicitadas pelo prefeito eleito. A recomendação explícita que o processo deve ser transparente, para que não haja dúvidas a respeito do que for informado. Prevê também medidas extrajudiciais e judiciais contra o prefeito que se recusar a fazer a transição, criar dificuldades ou tentar manipular dados. Em caso de recusa, o primeiro procedimento Judicial será a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta, pelo qual o prefeito se compromete a fazer a transição, tornando-se sujeito a medidas judiciais severas caso

não realize o processo dentro das regras.

Muitos prefeitos em fim de mandato e que não elegeram seus sucessores ou que concorreram à reeleição e foram derrotados encontram-se em situação complicada. Ontem, por exemplo, o prefeito Eudes Sampaio (PTB), de São José de Ribamar, derrotado nas urnas, foi o epicentro de uma operação da Polícia Federal para prender agiotas que estariam pressionando-o para que usasse dinheiro público para bancar "acertos" a juros escorchantes. Agiotagem envolvendo dinheiro público é crime, isso não se discute. Mas agiota não cobra dívida de quem não lhe deve. Se o prefeito Eudes Sampaio estava sendo chantageado e extorquido, algum compromisso ele assumiu. Assim como o **Ministério Público** e a Polícia Federal, o prefeito eleito Júlio Matos (PL), que é seu adversário figadal, certamente vai querer colocar essa estranha situação em pratos limpos. De preferência já na transição.

Cumprida por promotores de Justiça em todos os quadrantes do estado, a recomendação do procurador geral de Justiça, Eduardo Nicolau, é uma iniciativa cuja valia é imensurável, por meio da qual o **Ministério Público** Estadual cumpre corretamente seu papel institucional. Afinal, municípios muito perderam quando prefeitos em fim de mandato ou derrotados cuidavam de criar um ambiente de terra arrasada para esconder rombos ou dificultar a vida do adversário sucessor.

PONTO & CONTRAPONTO

Os bastidores da Câmara Municipal de São Luís estão vivendo fortemente uma dualidade clássica em parlamentos. De um lado a euforia dos vereadores reeleitos e de outro o baixo astral dos que foram mandados para casa. O presidente e de novo candidato a presidente Osmar Filho (PDT) é a expressão acabada da euforia por ter sido de novo o mais votado, mesmo que sua votação tenha encolhido. A euforia é expressada também por Astro de Ogum (PCdoB), Dr. Gutemberg (PSC), Chico Carvalho (PSL) e Chaguinhas (Podemos), quatro veteranos que se reelegeram e temiam ser mandados para casa vestir o pijama, e por novatos como Marcial Lima (Podemos),

que foram à luta na linha central da lei das probabilidades e se deram bem renovando seus mandatos. O baixo astral alcança "ex-bons de voto" como Isaías Pereirinha (PSL), Afonso Manoel Ferreira (Solidariedade), Pavão Filho (PDT), e figuras emblemáticas como Silvino Abreu e Sebastião Albuquerque (PSL), que após um longo período de reeleições consecutivas foram barrados no baile e mandados para casa. César Bombeiro (PSD), que foi despachado pelo eleitorado na condição de suplente de Karla Sarney (PSD).

Não será fácil a reeleição do atual presidente da Famem e prefeito reeleito de Igarapé Grande Erlânio Xavier (PDT), homem forte do senador Weverton Rocha (PDT) na seara municipalista. Isso porque o deputado federal Josimar de Maranhãozinho (PL) e o vice-governador Carlos Brandão (Republicanos) estão se articulando fortemente para não dar espaço para que o senador pedetista permaneça no controle da entidade.

Erlânio Xavier conta com os votos do PDT e aliados, que somam 74. Por seu turno, se juntar os votos do Republicanos, PCdoB e PSB, o grupo liderado por Carlos Brandão, que pode apoiar a candidatura do prefeito reeleito de Caxias Fábio Gentil (Republicanos) terá um total de 57. E Josimar de Maranhãozinho pode lançar um candidato com 40 votos fechados. Nesse caso, sobrarão 46 votos, incluindo o do prefeito de São Luís, Eduardo Braide, que foi o único prefeito do Podemos eleito no Maranhão, para serem buscados pelos candidatos e seus apoiadores.

Não se duvida que na condição de presidente em busca da reeleição e com o apoio do senador Weverton Rocha, o prefeito Erlânio Xavier é candidato forte, com indiscutíveis condições de vencer na urna. Mas, no cenário do momento, com as forças partidárias divididas como se encontram, sua reeleição está longe de ser fato consumado.

São Luís, 04 de Dezembro de 2020.

Site: <http://reportertempo.com.br/ministerio-publico-acerta-em-cheio-ao-cobrar-transicao-transparente-em-municipios-que-mudarao-prefeito/>

Tribunal do Júri condena réus a 14 anos de reclusão em Açailândia

Eduardo Ericeira

Em julgamento realizado nesta terça-feira, 1º, no **Tribunal do Júri** de Açailândia, os irmãos Arlindo Aguiar de Moraes e Armando Aguiar de Moraes foram condenados a 14 anos e três meses de reclusão, a serem cumpridos inicialmente em regime fechado na Unidade Prisional de Ressocialização de Açailândia, pelo assassinato de João Geraldo de Oliveira Pires, ocorrido no dia 14 de outubro de 2011.

Pelo **Ministério Público**, atuou no caso a promotora de justiça Fabiana Santalucia Fernandes, titular da 1ª Promotoria Criminal de Açailândia. O júri foi presidido pelo juiz André Bezerra Martins.

Os réus foram acusados pelo crime de homicídio qualificado por motivo fútil. A vítima foi morta com cinco disparos de revólver calibre 38, que o atingiram no crânio e no lado esquerdo do peito.

De acordo com as investigações policiais, Adriano foi o autor dos disparos, enquanto Arlindo lhe deu apoio, conduzindo-o em uma motocicleta até o local do crime.

Conforme a acusação do **Ministério Público**, o crime foi praticado por motivo fútil, consistente no fato de a vítima ter prestado assistência a pessoas consideradas inimigas da família dos acusados.

Na sentença, o juízo concedeu aos condenados o direito de recorrerem da pena em liberdade.

Site:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2020/12/tribunal-do-juri-condena-reus-14-anos.html>

URBANISMO: Justiça dá prazo para Prefeitura informar mudança de bancas no Renascença

Eduardo Ericeira

A Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Ilha determinou ao Município de São Luís comprovar o cumprimento integral da decisão judicial que determinou o remanejamento das bancas de comércio instaladas irregularmente na Avenida do Vale, no bairro Renascença II, na capital, que foram retiradas em 15 de outubro deste ano, pela blitz urbana.

O juiz Douglas de Melo Martins, titular da vara, decidiu, na noite de quarta-feira (2), acolher o pedido formulado pela Defensoria Pública estadual nesse sentido, determinando o prazo de cinco dias para o Município responder à ordem judicial, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 500,00.

De acordo com informações dos autos, a Defensoria Pública informou no pedido que, até o momento, a decisão judicial não fora integralmente cumprida. Duas bancas foram removidas no dia 26 de novembro (de propriedade de Leonete de Jesus Mendes e Conceição Souza Dias), mas a terceira banca (de Marlúcia da Silva Aires), "em razão dos danos estruturais sofridos durante a remoção", não pode ser transportada.

Durante a desocupação, a própria Blitz Urbana percebeu a necessidade de reparos antes do transporte. Segundo a DP, os reparos nessa terceira banca ainda não foram iniciados e a proprietária está "amargando prejuízos graves e corre o risco de atravessar dezembro, o mês de maior volume de vendas, sem uma fonte de renda".

No requerimento, a Defensoria Pública registrou, ainda, que a mudança das primeiras duas bancas foi custeada, em parte, pelas próprias proprietárias, que contrataram o serviço de um caminhão para o transporte. E solicitou à Justiça obrigar o Município de São Luís a dar resposta no prazo de 48 horas.

A decisão deve ser cumprida independente da audiência de conciliação e saneamento na **Ação Civil Pública** movida pelo **Ministério Público** contra o Município de São Luís, marcada para acontecer no dia 10 de dezembro, às 11h, por meio de plataforma

virtual.

ENTENDA O CASO

Em decisão datada de 29 de outubro, o juiz Douglas Martins determinou ao Município de São Luís que fizesse o cadastramento de todos os ocupantes de mobiliários urbanos existentes no loteamento Jaracaty, especialmente no trecho compreendido entre o Marcus Center e o cruzamento com a Avenida Mário Meirelles e no trecho entre a Avenida Miercio Jorge e os Supermercados Mateus, e impedisse a instalação de outros, como bancas de revista, quiosques e trailers.

Determinou também que fizesse o remanejamento, no prazo de cinco dias, de duas bancas (de propriedade de Marlúcia da Silva Aires e Leonete de Jesus Mendes) para o estacionamento do Tropical Shopping na Av. Colares Moreira, pelo prazo de um ano e o remanejamento de uma terceira banca (de Conceição Souza Dias), no prazo de dez dias para a Rua dos Sapotis, Jardim Renascença.

Além do remanejamento das três bancas, a Prefeitura deveria adotar todas as providências necessárias à mudança, como a preparação da base em concreto, a disponibilização dos equipamentos de força e de caminhões para transporte das mercadorias e realizasse todos os reparos estruturais nas três bancas em razão dos danos que a remoção produziu.

Site:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2020/12/urbanismo-justica-da-prazo-para.html>

AÇAILÂNDIA - Tribunal do Júri condena réus a 14 anos de reclusão

Em julgamento realizado nesta terça-feira, 1º, no **Tribunal do Júri** de Açailândia, os irmãos Arlindo Aguiar de Moraes e Armando Aguiar de Moraes foram condenados a 14 anos e três meses de reclusão, a serem cumpridos inicialmente em regime fechado na Unidade Prisional de Ressocialização de Açailândia, pelo assassinato de João Geraldo de Oliveira Pires, ocorrido no dia 14 de outubro de 2011.

Pelo **Ministério Público**, atuou no caso a promotora de justiça Fabiana Santalucia Fernandes, titular da 1ª Promotoria Criminal de Açailândia. O júri foi presidido pelo juiz André Bezerra Martins.

Os réus foram acusados pelo crime de homicídio qualificado por motivo fútil. A vítima foi morta com cinco disparos de revólver calibre 38, que o atingiram no crânio e no lado esquerdo do peito.

De acordo com as investigações policiais, Adriano foi o autor dos disparos, enquanto Arlindo lhe deu apoio, conduzindo-o em uma motocicleta até o local do crime.

Conforme a acusação do **Ministério Público**, o crime foi praticado por motivo fútil, consistente no fato de a vítima ter prestado assistência a pessoas consideradas inimigas da família dos acusados.

Na sentença, o juízo concedeu aos condenados o direito de recorrerem da pena em liberdade.

Site: <https://omaranhense.com/acailandia-tribunal-do-juri-condena-reus-a-14-anos-de-reclusao/>

Congresso Estadual do Ministério Público é iniciado em sua 10ª edição (Geral | Desafios)

SÃO LUÍS - Com o debate sobre o uso da tecnologia e os desafios para utilização de novas ferramentas virtuais foi aberto ontem o 10º Congresso Estadual do **Ministério Público** do Maranhão, com o tema "Antigas violações e novas ferramentas: desafios e perspectivas do **Ministério Público**".

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2020/12/04/congresso-estadual-do-ministerio-publico-e-iniciado-em-sua-decima-edicao/>

Agiota é preso em Passagem Franca com cartões do Bolsa Família e mais de R\$ 90 mil em espécie

Muitos cartões de benefícios previdenciários, documentos e dinheiro foram apreendidos com o acusado (Foto: Divulgação)

Uma operação realizada nessa quinta-feira (3), pela Polícia Civil do Maranhão e **Ministério Público**, com o objetivo de combater crimes contra a economia popular, idosos e pessoas com deficiência, resultou na prisão de um homem suspeito de agiotagem, no município de Passagem Franca. Com ele, foram apreendidos cartões do Bolsa Família e mais de R\$ 90 mil em espécie.

De acordo com informações da Polícia Civil, durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão, os policiais localizaram 48 cartões do programa Bolsa Família, 28 cartões de benefícios previdenciários e 317 notas promissórias, que em sua maior parte continham a assinatura do devedor, mas sem a indicação do valor devido.

Também foram encontrados 546 comprovantes bancários, dois cheques e R\$ 90.476,00 em espécie, além de cadernos com anotações sobre as dívidas, as senhas dos cartões, e documentos pessoais de terceiros e particulares.

O homem, que não teve o nome divulgado, e era alvo da investigação, foi preso em flagrante. Após os procedimentos de praxe, ele foi encaminhado ao presídio, onde ficará à disposição da justiça.

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2020/12/04/agiota-e-presos-em-passagem-franca-com-cartoes-do-bolsa-familia-e-mais-de-r-90-mil-em-especie/>

Ministério Público fiscaliza transição de poder nos municípios do estado

Promotorias de Justiça de todo o estado adotaram medidas para fiscalizar e garantir uma transição regular da chefia do poder Executivo **municipal**, nas cidades maranhenses onde houve mudança em razão das eleições. O procedimento segue na mesma linha da orientação expedida pelo procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, no início do mês de novembro.

O objetivo é garantir regularidade e transparência nas transições, evitando entre outros **problemas**, a interrupção dos serviços públicos municipais. Outra finalidade é orientar a futura gestão para que seja transparente e obedeça aos princípios da legalidade.

Entre as medidas, foi sugerido o encaminhamento de Recomendação destinada aos atuais e futuros gestores, que concede os prazos de cinco dias para a formação da equipe de transição mista e 10 dias para que sejam prestadas informações à Promotoria de Justiça sobre o cumprimento das providências indicadas no documento.

Em caso de desobediência, o **Ministério Público** poderá adotar medidas extrajudiciais ou judiciais, incluindo assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta e ajuizamento de **Ação Civil Pública**, para exigir transparência nos processos de transição.

TRANSIÇÃO Na Comarca de Açailândia, a promotora de justiça Glauce Lima Malheiros encaminhou Recomendação ao atual e ao prefeito eleito do município de São Francisco do Brejão, única cidade da comarca onde vai haver troca de prefeito. Uma reunião com o prefeito eleito está prevista para esta semana.

"O papel do **Ministério Público** neste processo é de extrema importância para a transmissão regular das informações, evitando que os serviços públicos previstos em lei, de áreas como saúde e **educação**, sejam descontinuados nestes municípios", afirmou a promotora de justiça Glauce Lima Malheiros.

Em São Bento, a promotora de justiça Laura Amélia Barbosa encaminhou a Recomendação aos atuais prefeitos e aos eleitos da cidade sede da Comarca e dos termos judiciários de Bacurituba e Palmeirândia.

A representante do **MPMA** informou que em Bacurituba, tanto o atual quanto o eleito já estão

providenciando a formação da equipe mista. Os gestores de São Bento e Palmeirândia ainda não responderam à manifestação do **Ministério Público**. A Promotoria de Justiça concedeu prazo até o dia 5 para o recebimento da resposta.

De acordo com o **promotor de justiça** Raimundo Nonato Leite Filho, da Comarca de Alcântara, logo após o envio da Recomendação aos dois gestores, foram apresentados ao **MPMA** os integrantes da equipe de transição.

Reuniões igualmente já foram realizadas com a apresentação dos documentos dos setores contábil, financeiro e administrativo do município.

"O trâmite das gestões em Alcântara está sendo baseado no diálogo e na transparência. Até o momento, não encontramos dificuldades no processo de troca do Executivo **municipal**. Mas o **Ministério Público** está vigilante para garantir a continuidade dos serviços e a manutenção do pagamento dos servidores".

A Promotoria de Justiça da Comarca de São Pedro da Água Branca também tomou providências para fiscalizar e orientar a transição de poder na comarca.

A promotora de justiça Sandra Fagundes Garcia, além de encaminhar a Recomendação ao atual e ao próximo gestor, realizou uma reunião, a pedido do prefeito atual, na qual ele se comprometeu a realizar uma transição regular.

"É importante a participação do **MPMA** neste processo para que serviços e situações que estão em andamento não sejam interrompidos em razão da mudança de prefeito. É necessário que a Promotoria acompanhe e promova reuniões e medeie o diálogo entre os gestores".

RECOMENDAÇÃO No documento, há 10 orientações destinadas concomitantemente ao atual e ao futuro gestor, entre as quais a formação da equipe conjunta de transição e apresentação dos documentos relativos os atos e fatos orçamentários, financeiros, fiscais e patrimoniais do município.

Há, ainda, 23 orientações ao atual prefeito, incluindo a apresentação da prestação de contas e a obrigação de

continuidade dos serviços essenciais relativos à saúde, **educação**, limpeza urbana, transportes públicos, fornecimento de material de médicohospitalar, material escolar, além do pagamento regular dos servidores municipais.

Por último, são elencados 23 itens a serem cumpridos pelo prefeito eleito. O primeiro é a relativo à preservação de todo o acervo documental recebido da gestão anterior e a imediata disponibilização dos mesmos aos órgãos de controle federais e estaduais, quando solicitados (CCOMMPMA)

Site:

<https://oprogresonet.com/arquivos/assinaturas/169/20201204.pdf>

Polícia prende agiota, apreende cartões do Bolsa Família e mais de R\$ 90 mil

Uma operação realizada na quinta-feira (3), pela Polícia Civil e **Ministério Público**, em combater a crimes contra a economia popular, idosos e contra pessoas com deficiência, resultou na prisão de um homem suspeito de agiotagem e na apreensão de cartões do Bolsa Família e mais de R\$ 90 mil em espécie.

De acordo com informações da Polícia Civil, durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão, os policiais localizaram 48 cartões do programa Bolsa Família, 28 cartões de benefícios previdenciários e 317 notas promissórias, que em sua maior parte continham a assinatura do devedor, mas sem a indicação do valor devido.

Também foram encontrados 546 comprovantes bancários, dois cheques e R\$ 90.476,00 em espécie, além de cadernos com anotações sobre as dívidas, as senhas dos cartões, e documentos pessoais de terceiros e particulares.

O homem, que não teve o nome divulgado, e era alvo da investigação, foi preso em flagrante. Após os procedimentos de praxe, ele foi encaminhado ao presídio, onde ficará à disposição da justiça.

Site:

<https://impresso.jornalpequeno.com.br/pub/jornalpequeno/?numero=26953>

Ministério Público acompanha caso de violência policial em Rosário

O **Ministério Público** do Maranhão está acompanhando um caso de violência policial, ocorrido no último domingo em Rosário, 29, e que foi praticado por três policiais militares contra um grupo de pessoas que participavam de uma festa de aniversário na Travessa Benedito Leite, no centro da cidade.

De acordo com imagens registradas, durante a abordagem, os policiais, que foram chamados após queixas de aglomeração e poluição sonora, agrediram fisicamente participantes da festa, culminando com um tiro disparado contra um jovem que pegou um celular para filmar a ocorrência.

As Promotorias de Justiça de Rosário, ao tomarem conhecimento da questão, adotaram todas as providências para apurar os fatos. Foram ouvidas testemunhas e vítimas, bem como realizado exame de corpo de delito. Todas essas informações e documentos foram encaminhados para a 1ª Promotoria de Justiça Militar, em São Luís, que tem a competência para apurar os delitos cometidos por policiais militares.

Segundo a promotora de justiça Fabíola Fernandes Ferreira, titular da 2ª Promotoria de Rosário, o Comando do 27º Batalhão da PM de Rosário já instaurou o Inquérito Policial Militar para apurar os fatos e afastou os policiais envolvidos no caso de suas funções.

No âmbito da Promotoria de Justiça Militar, também já foi instaurado procedimento para, em conjunto com as Promotorias de Rosário, investigar o ocorrido. "Vamos identificar a autoria, a materialidade, que já está delimitada, e ao final responsabilizar os policiais militares. Pelas imagens pudemos constatar que houve abuso de autoridade, inclusive com lesões corporais", enfatizou a promotora de justiça.

Site:

<https://impresso.jornalpequeno.com.br/pub/jornalpequeno/?numero=26953>

Ex-prefeita de Bom Jardim é novamente condenada à prisão

Por decisão judicial publicada em 24 de novembro, em julgamento de denúncia do **Ministério Público** do Maranhão, a ex-prefeita de Bom Jardim Lidiiane Leite da Silva foi condenada a sete anos de reclusão, além de multa, por fraude em licitações e por crime de responsabilidade, referente à apropriação de rendas públicas de contratos celebrados mediante fraude, conduta descrita no Decreto- Lei nº 201/67. A pena inicialmente deverá ser cumprida em regime semiaberto.

Conforme a denúncia do **promotor de justiça** Fábio Santos de Oliveira, as licitações na modalidade Pregão Presencial nº 37/2013 e 27/2014 foram realizadas de forma fraudulenta, na época em que Lidiiane Leite era a prefeita.

No mesmo processo, Humberto Dantas dos Santos (conhecido como Beto Rocha) também foi condenado a oito anos e três meses de reclusão e multa de 194 dias-multa, cada dia-multa no valor de dois salários mínimos vigentes ao tempo do fato. A pena deve ser cumprida inicialmente em regime fechado.

Foram condenados ainda os empresários Lindoracy Bezerra Costa e Jonas da Silva Araújo, a quatro anos e três meses de reclusão em regime semiaberto e 54 dias multa, cada qual no valor de um salário mínimo vigente ao tempo do fato.

Também condenado no processo, por conduta inserida no Decreto- Lei nº 201/67, o empresário José Raimundo dos Santos, esposo de Lindoracy Costa, teve sua pena de dois anos de reclusão convertida em prestação pecuniária no valor de 30 salários mínimos para entidade pública ou privada com destinação social, a ser indicada pelo juiz da execução, além da limitação de fim de semana. Esta pena consiste na obrigação de permanecer, aos sábados e domingos, por cinco horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado a critério do juízo da execução, durante o tempo da punição imposta (dois anos).

"A materialidade delitiva, que comprova a união de desígnios dos réus, encontra-se nas planilhas obtidas a partir do processo que decretou o afastamento do sigilo bancário e fiscal deles, demonstrando a intensa e ilegal movimentação bancária entre as contas do Município e dos referidos acusados, o que infirma

qualquer alegação deles de que não teriam nenhuma relação entre si e que não teriam responsabilidades pelas fraudes e desvios realizados", argumenta o titular da Promotoria de Bom Jardim.

LICITAÇÕES FRAUDADAS Segundo a denúncia da Promotoria de Justiça de Bom Jardim, as licitações fraudadas, que tinham o objetivo de contratar merenda escolar para as escolas municipais de Bom Jardim. O pregão Presencial nº 37/2013 teve o valor contratado de R\$ 670.476,40, em prol da empresa de Lindoracy Bezerra Costa, propriedade da ré de mesmo nome. Já o Pregão Presencial nº 27/2014, com valor de R\$ 1.094.662,80, teve como vencedor a empresa J. DA S.

ARAÚJO COMÉRCIO, do réu Jonas da Silva Araújo

Site:

<https://impresso.jornalpequeno.com.br/pub/jornalpequeno/?numero=26953>

Ministério Público realiza congresso

Com o debate sobre o uso da tecnologia e os desafios para utilização de novas ferramentas virtuais foi aberto ontem o 10º Congresso Estadual do **Ministério Público** do Maranhão, com o tema "Antigas violações e novas ferramentas: desafios e perspectivas do **Ministério Público**".

Realizado de forma virtual, em virtude das regras de segurança sanitária, o congresso foi oficialmente aberto pelo procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e reuniu membros e servidores do **Ministério Público** brasileiro, do Poder Judiciário e Legislativo, juristas, pesquisadores, estudantes e representantes de instituições do sistema de justiça.

Ao dar as boas-vindas aos participantes, a diretora da **Escola Superior do MPMA** (ESMP), Karla Farias Vieira, afirmou que o Congresso é uma alternativa para poder pensar o Direito e influenciar na tomada decisões na seara da Justiça.

Superação Outro aspecto enfocado por ela foi o objetivo de contribuir para a superação imediata de qualquer ameaça à saúde, mas também lançar esclarecimentos na superação de alguns dos nossos maiores problemas econômicos, sociais, políticos e jurídicos.

"A inadiável necessidade de democratização digital é um deles, que já bate à nossa porta. Momentos extraordinários, como a pandemia vivida por nós, possuem o atributo de acelerar nossos processos históricos. Como instrumentalizar o acesso dos brasileiros mais carentes a uma justiça digital? ", questionou a diretora da ESMP.

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2020/12/04>

/

Justiça dá prazo para Prefeitura informar mudança de bancas

A Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Ilha determinou ao Município de São Luís comprovar o cumprimento integral da decisão judicial que determinou o remanejamento das bancas de comércio instaladas irregularmente na Avenida do Vale, no bairro Renascença II, na capital, que foram retiradas em 15 de outubro deste ano, pela Blitz Urbana.

O juiz Douglas de Melo Martins, titular da vara, decidiu, na noite de quarta-feira,2, acolher o pedido formulado pela Defensoria Pública estadual nesse sentido, determinando o prazo de cinco dias para o Município responder à ordem judicial, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 500,00.

De acordo com informações dos autos, a Defensoria Pública informou no pedido que, até o momento, a decisão judicial não fora integralmente cumprida. Duas bancas foram removidas no dia 26 de novembro (de propriedade de Leonete de Jesus Mendes e Conceição Souza Dias), mas a terceira banca (de Marlúcia da Silva Aires), "em razão dos danos estruturais sofridos durante a remoção", não pode ser transportada.

Durante a desocupação, a própria Blitz Urbana percebeu a necessidade de reparos antes do transporte.

Segundo a DP, os reparos nessa terceira banca ainda não foram iniciados e a proprietária está "amargando prejuízos graves e corre o risco de atravessar dezembro, o mês de maior volume de vendas, sem uma fonte de renda".

No requerimento, a Defensoria Pública registrou, ainda, que a mudança das primeiras duas bancas foi custeada, em parte, pelas próprias proprietárias, que contrataram o serviço de um caminhão munk para o transporte. E solicitou à Justiça obrigar o Município de São Luís a dar resposta no prazo de 48 horas.

A decisão deve ser cumprida independente da audiência de conciliação e saneamento na **Ação Civil Pública** movida pelo **Ministério Público** contra o Município de São Luís, marcada para acontecer no dia 10 de dezembro, às 11h, por meio de plataforma virtual.

Entenda o caso Em decisão datada de 29 de outubro,

o juiz Douglas Martins determinou ao Município de São Luís que fizesse o cadastramento de todos os ocupantes de mobiliários urbanos existentes no loteamento Jaracaty, especialmente no trecho compreendido entre o Marcus Center e o cruzamento com a Avenida Mário Meirelles e no trecho entre a Avenida Miercio Jorge e os Supermercados Mateus, e impedisse a instalação de outros, como bancas de revista, quiosques e trailers.

Determinou também que fizesse o remanejamento, no prazo de cinco dias, de duas bancas (de propriedade de Marlúcia da Silva Aires e Leonete de Jesus Mendes) para o estacionamento do Tropical Shopping na Av. Colares Moreira, pelo prazo de um ano e o remanejamento de uma terceira banca (de Conceição Souza Dias), no prazo de dez dias para a Rua dos Sapotis, Jardim Renascença.

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2020/12/04/>

Dupla criminosa morre em confronto policial na Baixada

O ex-presidiário Aurivan Pinheiro, e seu comparsa, identificado como Bode, morreram durante confronto policial, ocorrido na noite do último dia 2, entre os povoados Vitória e Vila Nova, zona rural de Peri-Mirim. Em poder deles, foram apreendidos armas de fogo, munições, motocicleta e celulares.

A polícia informou que a dupla criminosa estava em uma motocicleta e estaria realizando diversos roubos nos povoados de Peri-Mirim. Eles até mesmo teriam tentado atropelar uma idosa. Os policiais ficaram sabendo do caso e começaram a realizar incursões na localidade, com o objetivo de prender os bandidos.

Entre os povoados Vila Nova e Vitória, a guarnição conseguiu abordar os assaltantes, mas foi recebida a tiros.

Uma das balas atingiu a viatura da polícia.

Houve troca de tiros e a dupla criminosa acabou sendo baleada. Com eles, os militares apreenderam arma de fogo, munições, moto e celulares.

Os corpos dos criminosos foram removidos para o Hospital Municipal de Peri-Mirim e somente ontem liberados para os familiares. Segundo a polícia, Aurivan Pinheiro era natural de Palmeirândia, respondia a vários crimes e estava em liberdade condicional com o uso de tornozeleira eletrônica.

A outra vítima residia no povoado Jamari, na cidade de São João Batista.

A polícia informou que Bode não tinha passagem pela Justiça, mas, era suspeito de cometer furtos na região da Baixada Maranhense. O veículo, o armamento e as munições serão periciados no decorrer desta semana.

Rosário A promotora de Justiça Fabíola Fernandes, titular da 2ª Promotoria de Rosário, informou que o **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**) já está acompanhando o ato de violência policial, que ocorreu no último domingo, 29, na cidade de Rosário.

A ação de truculência foi cometida por três policiais militares do 27º Batalhão da Polícia Militar, contra um grupo de pessoas que participava de um evento, no centro daquela cidade.

Uma das vítimas, além de ser agredida fisicamente, foi alvejada na perna com bala de borracha, por ter pego o celular para filmar a ocorrência.

Fabíola Fernandes declarou que o **MPMA**, ao tomar conhecimento do fato, adotou todas as providências e está acompanhando o caso. Até o momento já foram ouvidas testemunhas e vítimas, bem como realizado exame de corpo de delito. Essas informações e documentos já foram encaminhados para a 1ª Promotoria de Justiça Militar, na capital, que tem a competência para apurar os delitos cometidos por policiais militares.

Ainda segundo a promotora, o comando do 27º Batalhão da PM de Rosário já instaurou o Inquérito Policial Militar para apurar os fatos e afastou os policiais envolvidos no caso de suas funções

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2020/12/04/>